



## VOTO DE CONGRATULAÇÃO

No passado dia três de Junho o concelho da Calheta festejou os seus 475 anos.

Foi aos três dias do mês de Junho do ano de 1534 que el-rei D. João III entendeu constituir mais uma vila na ilha de São Jorge, para além das duas já existentes. Assim foi a localidade da Calheta elevada a sede de concelho, sendo desanexado o seu território ao vizinho concelho das Velas. Ficou então São Jorge com três concelhos, pois em 1510 já havia sido fundada a Vila do Topo, sede concelhia até 1870.

Aquando da fundação do concelho da Calheta, o Reino de Portugal dominava grande parte do mundo e marcava presença na Ásia, África e América.

De início surgiram algumas dificuldades na marcação das fronteiras, fruto da disputa por terrenos entre o novo Concelho da Calheta e o Concelho das Velas. De acordo com as “Notas Históricas”, fiel registo do ilustre Padre Manuel Azevedo da Cunha, personalidade do Clero que marcou a história do ensino e da cultura Calhetense, a história da Calheta fez-se ao longo dos últimos 475 anos.

Na heráldica do concelho da Calheta marca presença a graciosa folha do Inhame, cuja raiz foi utilizada para mantimento da população aquando da escassez de trigo e de outros bens alimentares e que deu nome ao «Motim dos Inhames», momento marcante da nossa história local. Um dos heróis desta luta contra a injustiça tributária do Reino foi o Capitão-Mor Gonçalo Pereira Machado, que foi preso por tropas vindas de fora, tendo permanecido em clausura no Limoeiro e falecido ainda antes de ser julgado.

Foi esta determinação e coragem que permitiu aos calhetenses enfrentar as sucessivas manifestações de força da Natureza que têm assolado a ilha. O «Mandado de Deus», ocorrido a 9 de Julho de 1757, foi o mais violento dos terremotos de que há memória nos Açores, causando destruição generalizada e dando origem a muitas das actuais fajãs, entre elas a da Caldeira de Santo Cristo. Pelo menos 1053 pessoas morreram nos concelhos da Calheta e do Topo. «O Grande Levante do Mar», como ficou conhecido, ocorreu a 4 de Outubro de 1945, quando uma tempestade marítima derrubou um conjunto significativo de moradias, desalojando muitas famílias. Em 1 de Janeiro de 1980 o concelho foi novamente abalado por



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

um violento sismo, no qual sucumbiram 20 pessoas, a maioria das quais residentes na zona do Topo.

A Calheta foi e é berço de muitas personalidades de relevo na cultura e história açoriana. Orgulha-se de ser terra natal de Francisco de Lacerda. Compositor, maestro e pianista, foi expoente máximo da cultura musical nos finais do séc. XIX e princípios do séc. XX, e é reconhecido a nível internacional. Além desta grande figura, a Calheta foi e é berço de uma quantidade ímpar e única de músicos e filarmónicas. Tem sido, também, ao longo da sua história, terra de lutadores pela Liberdade, como foi a Professora Maria dos Santos Machado, que nasceu na Calheta e que em Lisboa lutou contra o Estado Novo, tendo sucumbido nas ruas da Capital, não sem antes se associar à fundação do Jornal Partidário “O Avante”.

Consumada a Autonomia Regional, este concelho assistiu, à semelhança do que aconteceu em todo o arquipélago, a uma melhoria substancial da qualidade de vida. Há que reconhecer, porém, que hoje o seu maior desafio é travar o processo de desertificação que se verifica no concelho, sobretudo na zona leste. Mas estamos convictos de que, com as novas acessibilidades e com o cada vez maior esclarecimento e empenho dos jovens, celebraremos o Futuro, festejando os aniversários que se seguirão a estes 475 anos com redobrado desenvolvimento e pujança numa Calheta cada vez mais próspera.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprova um Voto de Congratulação pelos 475 anos da elevação da Vila da Calheta a Concelho.

Aprovado, por unanimidade, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 16 de Junho de 2009.

O Presidente da Assembleia Legislativa  
da Região Autónoma dos Açores

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral